

## Ano XXVII nº 6750 – 27 de janeiro de 2023

### Correção da tabela do IR deve ser feita de forma gradual



Na última terça-feira (24), o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o governo pretende observar a responsabilidade fiscal para implementar duas promessas de campanha que vêm sendo cobradas nas últimas semanas: a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) e a valorização do salário mínimo.

Marinho afirmou que a correção da tabela do IR, paralisada desde 2015, está sendo debatida com a equipe econômica e deve ser feita de forma gradual. Marinho não descartou que alguma mudança ocorra ainda em 2023.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu durante sua campanha presidencial no ano passado a isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, objetivo que foi confirmado mais uma vez na semana passada durante cerimônia com centrais sindicais no Palácio do Planalto.

Ainda na última semana, o presidente Lula criou um grupo de trabalho com vários ministérios para elaborar uma política permanente de valorização do salário mínimo.

“Estamos trabalhando de forma responsável para evitar a retomada do processo inflacionário e déficit fiscal, trabalhando conjuntamente. Temos que dar passos consistentes. Eu e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad estamos trabalhando afinados”, disse Luiz Marinho.

### **BB: Justiça agenda audiência de conciliação sobre extinção da função de caixa executivo**

A juíza substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Audrey Choucair Vaz, agendou para o dia 10 de fevereiro uma audiência de conciliação entre o Banco do Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), atendida pela Justiça, ainda em 2021, com uma liminar que impediu que a então presidência do Banco do Brasil prosseguisse com o plano de extinguir a função de caixa.

Em 18 de fevereiro de 2021, o juiz Antonio Umberto de Souza Junior, da 6ª Vara da Justiça do Trabalho de Brasília, atendeu a liminar da Contraf-CUT e proibiu o Banco do Brasil de extinguir a função de caixa. Na decisão, o magistrado também obrigou o BB a incorporar o valor integral da gratificação de caixa para os empregados que, em 10/11/2017, a recebiam há mais de dez anos, justificando que “a forte automação bancária e os interesses do capital não devem ser as únicas variáveis a serem consideradas quando se cogita de uma reorganização empresarial”.

Após a liminar, a então direção do BB entrou com mandado de segurança para tentar cassar a decisão e prosseguir com o plano de acabar com a função de caixa, mas, em 6 de julho de 2021, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou o pedido da empresa.

No despacho chamando para audiência de conciliação, no próximo dia 10, a magistrada Audrey Choucair Vaz avaliou que, passados dois anos desde que a Contraf-CUT ajuizou a ação que impediu a extinção da função de caixa, “é possível que tenha havido alteração na disposição das partes para uma autocomposição”, concluiu.

### **Prova de vida do Inss é regulamentada**

Desde 1º de janeiro de 2023, cabe ao próprio INSS realizar a Prova de Vida, procedimento para verificar se o beneficiário segue vivo. Mas, só na terça-feira (24/01), a portaria que regulamenta os procedimentos do Instituto Nacional do Seguro Social foi assinada.

Agora, o INSS vai fazer a comprovação através de um sistema de comparação de informações em diferentes bancos de dados, realizados ou atualizados nos 10 meses seguintes ao mês de aniversário da pessoa.

Entre os dados válidos estão o acesso ao aplicativo Meu INSS com o selo ouro ou outros apps e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior e contratação de empréstimo consignado, efetuado por reconhecimento biométrico.

Atendimentos no INSS, vacinação, cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública, atualizações no CadÚnico, votação nas eleições, além de emissão ou renovação de documentos também estão na lista de dados que podem ser consultados.